



## DECLARAÇÃO DE HANÔVER

de Presidentes de Câmara de Municípios Europeus na Viragem do Século XXI

*(versão traduzida do texto original em Inglês, de 11 de Fevereiro de 2000, pelo  
Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis - CIVITAS)*

### A. PREÂMBULO

Nós, 250 presidentes de municípios de 36 países europeus e regiões vizinhas, reunimo-nos na Conferência de Hanôver 2000 (Terceira Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis) de 9 a 12 de Fevereiro de 2000 para avaliar os progressos realizados no percurso das nossas cidades rumo à sustentabilidade, e para chegar a acordo na direcção a seguir na viragem do Século XXI.

Ao assinar a Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade (Carta de Aalborg), as nossas autoridades locais comprometeram-se com a implementação da Agenda 21 Local, ou com outros processos de planeamento para o desenvolvimento sustentável, e aderiram à Campanha das Cidades Europeias Sustentáveis. A Campanha tem sido coordenada em conjunto pelo Concelho de Municípios e Regiões Europeias (CEMR), a Rede EC-Eurocidades, a Rede de Cidades Saudáveis da Organização Mundial da Saúde, o Concelho Internacional para as Iniciativas Ambientais Locais (ICLEI) e pela Organização das Cidades Unidas (UTO), em cooperação com a Comissão Europeia e o seu Grupo de Peritos em Ambiente Urbano.

As 650 autoridades locais e regionais de 32 países de toda a Europa comprometeram-se com a sustentabilidade a nível local e com a Campanha ao assinarem a Carta de Aalborg. A população abrangida por todos os participantes da Campanha representa mais de 130 milhões de cidadãos europeus.

Tomámos o Plano de Acção de Lisboa como orientação e expressámos a necessidade de acção nas Declarações de Turku, Sofia, Sevilha e Haia. O progresso alcançado desde o lançamento da Campanha é considerável e conduziu a muitas alterações positivas nas nossas cidades. Os resultados obtidos encorajam o desenvolvimento de outras acções para fazer face aos muitos desafios que ainda enfrentamos.

### B. PRINCÍPIOS E VALORES PARA A ACÇÃO A NÍVEL LOCAL RUMO À SUSTENTABILIDADE

B.1 Estamos unidos pela responsabilidade de garantir o bem-estar das gerações presentes e futuras. Assim sendo, trabalhamos para proporcionar maior justiça e equidade social, reduzir a pobreza e exclusão social e melhorar a saúde e o ambiente em geral. Valorizamos e respeitamos as



diferenças culturais, religiosas, de raça, de idade e de sexo, reconhecendo o seu contributo para a vitalidade social das cidades.

- B.2 Acreditamos que a economia - enquanto conjunto das actividades humanas que transformam os recursos naturais em bens e serviços e que visam satisfazer necessidades humanas e sociais - deve ser social e ecologicamente eficiente, evitando o consumo desnecessário de recursos não renováveis.
- B.3 Aceitamos a responsabilidade partilhada de conseguir um desenvolvimento sustentável. Queremos envolver os cidadãos e trabalhar em parceria com todos os níveis de governo e actores locais, incluindo ONG's, rumo a uma visão de futuro consensual.
- B.4 Partilhamos a crença de que um mundo em paz é uma condição prévia indispensável para uma sociedade sustentável.

### **C. LIDERANÇA DA CIDADE**

- C.1 Nós, presidentes de municípios, estamos empenhados no desenvolvimento de acções locais tendo em conta a nossa responsabilidade global. Pretendemos ser visionários na nossa liderança, corajosos perante os desafios e responsáveis nas nossas acções. Apenas desta forma podemos gerir as alterações que se adivinham a um ritmo sem precedentes. Tendo em conta as oportunidades, barreiras e desafios identificados nos anexos desta Declaração, acordámos nos seguintes compromissos.
- C.2 Apoiamos a integração Europeia de modo a alcançar coesão social e económica na Europa, aderindo simultaneamente a normas sociais e ambientais reconhecidas. Esta é uma condição necessária para atingir uma comunidade sustentável e uma sociedade pacífica. Assim sendo, acolhemos com agrado o alargamento da União Europeia e a parceria política entre a Europa e os países mediterrâneos.
- C.3 Enfrentamos vários desafios: pobreza e desemprego, condições de habitação e de trabalho inadequadas; poluição atmosférica e sonora; tráfego excessivo; degradação dos solos e dos habitats naturais e o esgotamento dos recursos hídricos. Reconhecemos o duplo desafio que enfrentam as cidades da Europa Central e de Leste que necessitam de ultrapassar problemas herdados do passado. A adopção cega de comportamentos apelativos, mas insustentáveis, deve ser evitada. O acesso desigual quer a recursos quer ao poder durante a fase de transição, aumentou as disparidades nas sociedades.
- C.4 Simultaneamente sentimo-nos responsáveis perante os nossos parceiros do Sul. Queremos reforçar a cooperação descentralizada com cidades nos países em vias de desenvolvimento e, em particular, na região mediterrânea.
- C.5 Queremos adoptar políticas locais que reduzam a "pegada ecológica" da nossa comunidade. Não desejamos que o nosso padrão de vida dependa da exploração de recursos humanos ou naturais noutras regiões. Avaliaremos qualquer acção dos nossos governos locais em função dos nossos objectivos de modo a evitar provocar danos ou transferir quaisquer fardos para gerações futuras.
- C.6 Identificámos como áreas chave da gestão urbana para a sustentabilidade e nas quais estamos prontos a intervir: a luta contra a exclusão social, o desemprego e a pobreza; o planeamento e gestão integrada do tecido urbano; o desenvolvimento compacto da cidade; a regeneração das áreas urbanas degradadas e a redução do ritmo de consumo de solo e de outros recursos naturais
- C.7 Aproveitaremos as oportunidades emergentes ligadas a novas tecnologias e os conceitos inovadores ao nível de serviços, no sentido de tornar a aumentar a eficiência ecológica das nossas cidades. Estaremos conscientes do nosso poder de aquisição no mercado e usá-lo-emos para direccionar o desenvolvimento para melhores soluções sociais e ambientais.

- C.8 Estamos empenhados na introdução de indicadores para a sustentabilidade local, de acordo com os quais traçaremos metas, faremos a monitorização do progresso e reportaremos os resultados alcançados. Um conjunto de Indicadores Europeus Comuns acordados voluntariamente pode constituir uma ferramenta para comparar o progresso alcançado em cidades de toda a Europa.
- C.9 Estamos empenhados no estabelecimento e desenvolvimento de redes regionais para a promoção do desenvolvimento sustentável.
- C.10 Procuraremos prestar auxílio a cidades que se encontrem em circunstâncias de exceção, por exemplo na sequência de desastres naturais ou de guerras.
- C.11 Nós, presidentes de municípios, estamos prontos para enfrentar os desafios que se nos apresentam no caminho para o desenvolvimento sustentável e consideramos que as cidades são as unidades apropriadas para abordar os problemas de forma integrada. Assim sendo, em muitos países, os governos locais necessitam de ser reforçados e providos das responsabilidades e poderes adequados, bem como das correspondentes fontes de receitas. Os governos locais, por sua vez, devem adoptar novos esquemas de governo, trabalhando de forma mais democrática, participada e transparente, e lutar contra qualquer forma de corrupção.

#### **D. O NOSSO APELO**

- D.1 **NÓS, PRESIDENTES DE MUNICÍPIOS DA EUROPA E REGIÕES VIZINHAS REUNIDOS EM HANÔVER, APELAMOS À COMUNIDADE INTERNACIONAL PARA:**
  - (a) dar um apoio maior na implementação da Agenda 21 (o documento chave da Conferência da Terra, realizada em 1992 no Rio) e da Agenda Habitat (o documento chave da Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Aglomerados Urbanos, realizada em 1997 em Istambul) em países que não estão ainda suficientemente empenhados no desenvolvimento sustentável,
  - (b) parar o "dumping" laboral e ambiental incorporando em acordos de comércio internacional e multilateral normas sociais e ambientais, contribuindo assim para a redução da pobreza,
  - (c) eliminar as dívidas externas de países terceiros, através de programas de redução da dívida,
  - (d) encorajar maior autonomia do governo local e apoiar o desenvolvimento de políticas ambientais locais através de acordos multilaterais,
  - (e) proporcionar fundos adequados para as organizações financeiras internacionais para o desenvolvimento sustentável; em particular, estabelecendo um fundo para o desenvolvimento urbano sustentável no âmbito do programa "Global Environmental Facility".
- D.2 **NÓS, PRESIDENTES DE MUNICÍPIOS DA EUROPA E REGIÕES VIZINHAS REUNIDOS EM HANÔVER, APELAMOS ÀS INSTITUIÇÕES EUROPEIAS, EM PARTICULAR AO PARLAMENTO EUROPEU, O CONCELHO, E A COMISSÃO PARA:**
  - (a) atribuírem maior prioridade ao desenvolvimento sustentável a nível local como base para uma sociedade europeia sustentável, e para atribuir uma responsabilidade clara pelos temas relacionados com o desenvolvimento sustentável urbano na estrutura da Comissão
  - (b) atribuírem prioridade à adopção de um quadro de cooperação para apoiar a Campanha das Cidades Europeias Sustentáveis, proporcionando uma estrutura financeira mais generosa do que a proposta pela Comissão e estender a sua aplicabilidade a um maior número de países de regiões vizinhas
  - (c) incorporarem, de forma consistente, considerações sociais e ambientais nas políticas de mercado internas, legislação relevante, programas e sistemas de financiamento

- (d) encorajarem e assegurarem maior autonomia ao governo local, em todos os países europeus, e respeitar o princípio da subsidiariedade em todas as acções da União Europeia
- (e) desenvolverem, em conjunto com as associações e redes de governo locais, uma cultura de parcerias entre a Comissão Europeia por um lado, e as autoridades locais e as suas associações por outro, que reflecta o princípio da subsidiariedade
- (f) só concederem subsídios e linhas de apoio, especialmente no âmbito do quadro dos Fundos Estruturais, às autoridades locais e regionais sob a condição de estarem a ser cumpridos critérios de sustentabilidade
- (g) apoiarem de forma mais efectiva os esforços das autoridades locais dos países da Europa Central e de Leste, e também os países mediterrâneos não pertencentes à União Europeia para se adaptarem à legislação da União Europeia; estes esforços devem ser encorajados através da recompensa da iniciativa, da criatividade, da inovação e dos progressos na adaptação da legislação Comunitária
- (h) cooperarem com os governos locais, regionais e nacionais mediante o estabelecimento de um quadro consistente de gestão para a sustentabilidade ambiental, a todos os níveis
- (i) cooperarem e apoiarem a Campanha das Cidades Europeias Sustentáveis, coordenada em parceria por associações e redes de autoridades locais em cooperação com a Comissão Europeia e o seu Grupo de Peritos em Ambiente Urbano
- (j) introduzirem um imposto sobre a energia - e eliminar subsídios para o transporte aéreo - como ferramenta chave para interiorizar os custos sociais e económicos do uso da energia e para criar incentivos para o uso sustentável e eficiente da energia
- (k) apoiarem a cooperação internacional a nível municipal e regional dirigida para a sustentabilidade e o intercâmbio de experiências relevantes
- (l) apoiarem uma campanha publicitária apelativa sobre o desenvolvimento sustentável, a lançar nos meios de comunicação em cooperação com todos os grupos de interesse adequados
- (m) apoiarem o âmbito local nos seus esforços de conformidade e implementação de legislação da União Europeia com impacto no desenvolvimento sustentável das cidades.

**D.3 NÓS, PRESIDENTES DE MUNICÍPIOS DA EUROPA E REGIÕES VIZINHAS REUNIDOS EM HANÓVER, APELAMOS AOS GOVERNOS NACIONAIS PARA:**

- (a) proporcionarem um enquadramento político de apoio ao desenvolvimento sustentável, e em particular, para apoiar a implementação da Agenda 21 e da Agenda Habitat em países que ainda não se comprometeram com o desenvolvimento sustentável
- (b) apoiarem Campanhas Nacionais para o desenvolvimento sustentável e a Agenda 21 Local
- (c) só concederem subsídios e linhas de apoio às autoridades locais e regionais, em particular nas áreas do desenvolvimento, regeneração urbana e transportes, nos casos em que estejam a ser cumpridos critérios de sustentabilidade
- (d) acordarem num imposto sobre a energia em toda a Europa, com excepção para as energias renováveis e para as instalações em que a geração de energia e calor se faça de forma combinada
- (e) reconhecerem as cidades e regiões como parceiros válidos para os projectos internacionais de desenvolvimento dirigidos para a sustentabilidade.

**D.4 NÓS, PRESIDENTES DE MUNICÍPIOS DA EUROPA E REGIÕES VIZINHAS REUNIDOS EM HANÓVER, APELAMOS AOS OUTROS RESPONSÁVEIS LOCAIS EM OUTRAS REGIÕES PARA:**

- (a) assinarem a Carta da Sustentabilidade das Cidades Europeias (Carta de Aalborg) aderindo desta forma à Campanha das Cidades Europeias Sustentáveis
- (b) se comprometerem com o desenvolvimento e implementação de planos de acção para a promoção da saúde e de planos de desenvolvimento sustentável (Agenda 21 Local) guiados, entre outros, pelo Plano de Acção de Lisboa
- (c) apoiarem esta "Declaração de Hanôver dos Líderes Municipais Europeus na viragem do Século XXI"
- (d) assumirem a responsabilidade pelo uso de recursos naturais e pela sua contabilização e introduzirem novos métodos e sistemas de gestão para a sustentabilidade local e para o desempenho ambiental, tais como o Balanço Ambiental e o EMAS
- (e) "manterem a sua própria casa em ordem" introduzindo políticas de aquisição de produtos e serviços ecológicos.

**D.5 NÓS, PRESIDENTES DE MUNICÍPIOS DA EUROPA E REGIÕES VIZINHAS REUNIDOS EM HANÔVER, APELAMOS A OUTROS GRUPOS DE INTERESSE NO PROCESSO DA AGENDA 21 LOCAL:**

- (a) para apoiarem a Campanha das Cidades Europeias Sustentáveis e as associações e redes que a coordenam
- (b) para se empenharem na Campanha e em actividades de sustentabilidade local
- (c) para promoverem a participação das suas cidades ou regiões na Campanha, caso ainda não tenham assinado a Carta de Aalborg
- (d) como institutos de educação/pesquisa para que forneçam informação e formação adequadas sobre a Agenda 21 Local a todos os actores do processo.

**D.6 NÓS, PRESIDENTES DE MUNICÍPIOS DA EUROPA E REGIÕES VIZINHAS REUNIDOS EM HANÔVER, APELAMOS AOS DECISORES NOS SECTORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS PARA :**

- (a) que compreendam que as perspectivas de crescimento dos seus lucros e os interesses dos accionistas podem ser colocados em perigo caso não esteja assegurado o desenvolvimento sustentável das cidades e o bem-estar dos cidadãos, enquanto consumidores
- (b) participarem activamente nos processos da Agenda 21 local, contribuindo para a construção de comunidades sustentáveis
- (c) integrarem considerações ambientais, de saúde, de segurança e risco na estratégia das suas empresas
- (d) participarem no crescente mercado dos produtos e serviços sustentáveis, beneficiando das oportunidades que se apresentam a todos os que actuam primeiro nestes mercados.

Hanôver, 11 de Fevereiro de 2000

**ANEXO:**  
**AS NOSSAS CONSIDERAÇÕES**

**1. OPORTUNIDADES**

- (a) A integração europeia, em particular, o alargamento da União Europeia aos países da Europa Central e de Leste, e a parceria política entre a Europa e os países mediterrâneos, apresentam grandes oportunidades para as cidades Europeias. Redefinindo o seu papel numa Europa mais ampla, caminhando no sentido da conformidade com a legislação da União Europeia e tornando-se multiculturais, as cidades serão mais competitivas, convertendo-se em locais mais sustentáveis e atractivos.
- (b) A nível Europeu e nacional, a integração de preocupações ambientais em todas as áreas políticas é uma meta importante, reconhecida nas conclusões do Conselho Europeu em Cardiff (1998) e Helsínquia (1999). A oportunidade deve ser aproveitada para assegurar que esta meta se converta em realidade, também a nível local.
- (c) A proposta da Comissão Europeia para um quadro comunitário de cooperação para promover o desenvolvimento urbano sustentável (COM[1999]557 final) constitui uma base excelente para o apoio contínuo da Comissão a favor da Campanha das Cidades Europeias Sustentáveis, que deve continuar a ser coordenada por associações e redes de autoridades locais em cooperação e parceria com a Comissão.
- (d) Numa economia dual, com as suas tendências de globalização e localização, as cidades necessitarão de maximizar a sua influência na microeconomia local de forma a garantir um desenvolvimento sustentável contínuo. Terão também que reflectir de forma mais vigorosa o impacto global de acções locais.
- (e) A quantidade de conhecimento sem precedentes, a capacidade de inovação e as novas tecnologias podem ser uma oportunidade para que as cidades se convertam em centros de inovação e de soluções.
- (f) A falta de recursos financeiros, apesar dos seus efeitos negativos, pode ser vista como uma oportunidade para redefinir prioridades e melhorar a eficiência.

**2. BARREIRAS**

- (a) Queremos fazer frente aos desafios aproveitando as oportunidades. Reconhecemos, contudo, que existe um número de condições estruturais desfavoráveis que vemos como barreiras. Em alguns países Europeus os governos locais são débeis e não têm poder suficiente. As responsabilidades recaem nos governos locais sem que estes disponham dos recursos necessários.
- (b) O mercado interno foi criado sem que os preços estabelecidos reflectam os custos reais, incluindo os custos sociais e ambientais. Subsídios mal direccionados podem fornecer incentivos erróneos.
- (c) O progresso e o sucesso ainda são medidos em termos de crescimento económico em vez de serem utilizados critérios de sustentabilidade.
- (d) Os mercados financeiros, que dominam o fluxo de capital e investimento, não são controlados democraticamente.

### **3. DESAFIOS**

- (a) Os cidadãos esperam que os municípios forneçam condições e serviços essenciais como sejam um ambiente habitável, qualidade da água, abastecimento de água, recolha e tratamento de resíduos e águas residuais, transporte público, alojamento, serviços de saúde e educação.
- (b) Nós, presidentes de municípios da Europa e regiões vizinhas, reconhecemos que apesar de todos os esforços para melhorar o ambiente, a maioria das tendências ambientais, globais e europeias, levantam preocupações sérias: enquanto as alterações climáticas, a desertificação, a diminuição dos recursos aquáticos e a perda de biodiversidade têm e continuarão a ter um impacto global, muitas das causas desta degradação têm origem na poluição atmosférica, poluição sonora e tráfego excessivo que são provocados e afectam os habitantes das cidades no seu dia-a-dia.
- (c) De igual forma, sentimos que as tendências económicas apresentam grandes desafios para as nossas cidades: a globalização da economia - com o poder financeiro a prevalecer no poder político - reduz a influência que o cidadão pode exercer nas suas condições de vida por intermédio dos parlamentos locais, nacionais e Europeu.
- (d) As tendências sociais, como consequência das alterações económicas e tecnológicas, causam grandes problemas. O envelhecimento da sociedade, a pobreza crónica e um crescente desemprego contrastam com uma sociedade cada vez mais dirigida para o consumo. Estas circunstâncias podem levar a um aumento das disparidades entre ricos e pobres e preveni-las constitui um grande desafio para as cidades que trabalham no sentido da sustentabilidade.
- (e) A velocidade sem precedentes a que ocorrem os desenvolvimentos tecnológicos e as rápidas transformações acarretadas por inovações nas tecnologias de informação mudarão substancialmente o modo de vida dos cidadãos, a forma de funcionar das cidades e a forma como os cidadãos se identificam com a sua cidade.
- (f) Não podemos ignorar que o padrão de vida na Europa é atingido em parte pela exploração dos mais desfavorecidos. A exploração de mão-de-obra barata e de recursos naturais nos países em vias de desenvolvimento tem de ser uma questão importante para todas as cidades europeias que desejam que a sua "pegada ecológica", i.e. a sua exigência de recursos de outras partes do Mundo, seja reduzida.
- (g) A distorção económica, a degradação dos solos, a perseguição política, guerras e conflitos civis estão na origem de uma migração para as cidades europeias, que têm desta forma de providenciar serviços, infra-estruturas e integração social para um número crescente de habitantes.

Lisboa (Portugal), 8 de Outubro de 1996]